

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 78/2000 de 14 de Dezembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção Adicional Que Altera a Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Protocolo Final, assinada em Bruxelas em 6 de Março de 1995, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 82/2000, em 28 de Setembro de 2000.

Assinado em 30 de Novembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Dezembro de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto do Presidente da República n.º 79/2000 de 14 de Dezembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, em 28 de Setembro de 2000.

Assinado em 30 de Novembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Dezembro de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 82/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção Adicional Que Altera a Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Protocolo Final, assinada em Bruxelas em 6 de Março de 1995.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção Adicional Que Altera a Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos

sobre o Rendimento e o Protocolo Final, assinada em Bruxelas em 6 de Março de 1995.

Aprovada em 28 de Setembro de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, *António da Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ADICIONAL QUE ALTERA A CONVENÇÃO ENTRE PORTUGAL E A BÉLGICA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E REGULAR ALGUMAS OUTRAS QUESTÕES EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E O PROTOCOLO FINAL, ASSINADOS EM BRUXELAS EM 16 DE JULHO DE 1969.

O Presidente da República Portuguesa e Sua Majestade o Rei dos Belgas, desejosos de celebrar uma convenção adicional que altera a Convenção entre Portugal e a Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Protocolo Final, assinados em Bruxelas em 16 de Julho de 1969 (a seguir referidos, respectivamente, pela designação «a Convenção» e «o Protocolo Final»), designaram para tal efeito como seus plenipotenciários:

O Presidente da República Portuguesa, o Dr. José Manuel Durão Barroso, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Sua Majestade o Rei dos Belgas, Frank Vandembroucke, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

os quais, depois de haverem trocado os seus plenos poderes e os terem achado em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes:

Artigo I

O artigo 2.º, n.º 3, da Convenção é suprimido e substituído pelas seguintes disposições:

«3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são:

1.º Relativamente à Bélgica:

- a) O imposto das pessoas singulares (l'impôt des personnes physiques);
- b) O imposto das sociedades (l'impôt des sociétés);
- c) O imposto das pessoas colectivas (l'impôt des personnes morales);
- d) O imposto dos não residentes (l'impôt des non-résidents);
- e) A cotização especial assimilada ao imposto das pessoas singulares (la cotisation spéciale assimilée à l'impôt des personnes physiques);
- f) A contribuição complementar de crise (la contribution complémentaire de crise);

incluindo os impostos antecipados (précomptes), os adicionais (centimes additionnels) dos impostos e impostos antecipados referidos, bem como as taxas adicionais (taxes additionnelles) do imposto das pessoas singulares (a seguir referidos pela designação de 'imposto belga');

2.º Relativamente a Portugal:

- a) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares;

- b) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;
- c) A derrama;

(a seguir referidos pela designação de ‘imposto português’).»

Artigo II

No artigo 3.º, n.º 1, da Convenção, o n.º 1.º é suprimido e substituído pelas disposições seguintes:

«1.º — a) O termo ‘Bélgica’ compreende o território do Reino da Bélgica, incluindo o mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com o direito internacional, o Reino da Bélgica exerce direitos soberanos ou a respectiva jurisdição;

b) O termo ‘Portugal’ compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativos à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes.»

Artigo III

O artigo 4.º, n.º 1, da Convenção é suprimido e substituído pelas disposições seguintes:

«1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão ‘residente de um Estado Contratante’ significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto, devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.»

Artigo IV

Os n.ºs 3 e 4 do artigo 10.º da Convenção são suprimidos e substituídos pelas disposições seguintes:

«3 — O termo ‘dividendos’ usado neste artigo significa os rendimentos provenientes de acções, de acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador ou outros direitos, com excepção dos créditos.

Este termo significa igualmente:

- a) Os rendimentos, ainda que pagos sob a forma de juros, que, segundo a legislação fiscal interna do Estado de que a sociedade devedora é residente, são tratados como rendimentos de acções;
- b) Os rendimentos atribuídos por um residente de Portugal que exerce uma actividade económica a um partícipe, em virtude de um contrato de participação nos lucros desse residente (associação em participação).

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário dos dividendos residente de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligada a participação que dá origem aos dividendos. Neste caso, é aplicável o disposto no artigo 7.º»

Artigo V

O n.º 4 do artigo 11.º da Convenção é suprimido e substituído pelas disposições seguintes:

«4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário dos juros residente de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante de que provêm os juros um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligado o crédito ou o depósito que dá origem aos juros. Neste caso, é aplicável o disposto no artigo 7.º»

Artigo VI

Os n.ºs 2 e 4 do artigo 12.º da Convenção são suprimidos e substituídos, respectivamente, pelas disposições seguintes:

«2 — Todavia, essas *redevances* podem ser tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10 % do seu montante bruto.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário das *redevances* residente de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante de que provêm as *redevances* um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligado o direito ou o bem gerador das *redevances*. Neste caso, é aplicável o disposto no artigo 7.º»

Artigo VII

O artigo 16.º da Convenção é suprimido e substituído pelas disposições seguintes:

«Artigo 16.º

Rendimentos dos dirigentes de sociedades

1 — As percentagens, senhas de presença e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na sua qualidade de membro do conselho de administração ou fiscal ou de um órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado. Todavia, esses rendimentos podem ser tributados em conformidade com o disposto no artigo 15.º desde que remunerem o exercício de uma actividade permanente nessa qualidade.

Estas disposições são igualmente aplicáveis às remunerações obtidas devido ao exercício de funções que, em virtude da legislação do Estado Contratante de que é residente a sociedade, são consideradas funções de natureza similar às exercidas por uma pessoa visada nas referidas disposições.

2 — As remunerações que uma pessoa visada no n.º 1 obtém da sociedade devido ao exercício de uma actividade diária de direcção ou de natureza técnica, bem como as remunerações que um residente de um Estado Contratante auferir da sua actividade pessoal na qualidade de sócio de uma sociedade que não seja uma sociedade por acções residente do outro Estado Contratante, podem ser tributadas em conformidade com o disposto no artigo 15.º, como se se tratasse de remunerações auferidas por um empregado de um emprego assalariado e como se o empregador fosse a sociedade.»

Artigo VIII

O artigo 17.º da Convenção é suprimido e substituído pelas disposições seguintes:

«Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas nessa qualidade no outro Estado Contratante, podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos, ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.»

Artigo IX

O artigo 21.º da Convenção é suprimido e substituído pelas disposições seguintes:

«Artigo 21.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante e de onde quer que provenham não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, se o beneficiário desse rendimento residente de um Estado Contratante tiver no outro Estado Contratante um estabelecimento estável a que estiver efectivamente ligado o direito ou o bem que dá origem ao rendimento. Neste caso, é aplicável o disposto no artigo 7.º

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante não tratados nos artigos anteriores desta Convenção, e que provêm do outro Estado Contratante, podem ser igualmente tributados neste outro Estado.»

Artigo X

O artigo 22.º da Convenção é suprimido.

Artigo XI

O artigo 23.º da Convenção é suprimido e substituído por um novo artigo 22.º, com a seguinte redacção:

«Artigo 22.º

1 — No que diz respeito à Bélgica, a dupla tributação será evitada do seguinte modo:

1.º Quando um residente da Bélgica obtiver rendimentos que possam ser tributados em Portugal em conformidade com o disposto nesta Con-

venção, com excepção do disposto no n.º 2 do artigo 10.º, nos n.ºs 2 e 6 do artigo 11.º e nos n.ºs 2 e 6 do artigo 12.º, a Bélgica isentará de imposto estes rendimentos, mas poderá, para calcular o quantitativo dos seus impostos sobre o resto do rendimento desse residente, aplicar a taxa que aplicaria se tais rendimentos não tivessem sido isentos;

2.º Sem prejuízo do disposto na legislação belga relativamente à imputação no imposto belga dos impostos pagos no estrangeiro, quando um residente da Bélgica obtiver elementos de rendimento incluídos no seu rendimento global sujeito ao imposto belga e que consistam em dividendos que podem ser tributados em conformidade com o n.º 2 do artigo 10.º, e não isentos de imposto belga em virtude do n.º 3.º seguinte, em juros que podem ser tributados em conformidade com os n.ºs 2 ou 6 do artigo 11.º, ou em *redevances* que podem ser tributadas em conformidade com os n.ºs 2 ou 6 do artigo 12.º, o imposto português cobrado sobre esses rendimentos será imputado no imposto belga relativo aos referidos rendimentos;

3.º Os dividendos que uma sociedade residente da Bélgica recebe de uma sociedade residente de Portugal e que podem ser tributados em Portugal em conformidade com o n.º 2 do artigo 10.º ficarão isentos do imposto das sociedades na Bélgica, segundo as condições e os limites previstos pela legislação belga;

4.º Quando, em conformidade com a legislação belga, os prejuízos sofridos por uma empresa explorada por um residente da Bélgica num estabelecimento estável situado em Portugal forem efectivamente deduzidos dos lucros desta empresa para efeitos da sua tributação na Bélgica, a isenção prevista no n.º 1.º não se aplicará aos lucros de outros períodos tributáveis que sejam imputáveis a este estabelecimento, na medida em que tais lucros também não forem tributados em Portugal em virtude da sua compensação com os referidos prejuízos.

2 — No que diz respeito a Portugal, a dupla tributação será evitada, em conformidade com o disposto na legislação portuguesa (na medida em que tais disposições não derroguem os princípios gerais constantes deste número), do seguinte modo:

1.º Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto na Convenção, possam ser tributados na Bélgica, Portugal deduzirá do imposto sobre tais rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto pago na Bélgica.

A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Bélgica;

2.º Quando uma sociedade residente de Portugal auferir dividendos de uma sociedade residente da Bélgica, em que a primeira detenha directamente uma participação no capital não inferior a 25%, Portugal deduzirá, para efeitos da determinação do lucro tributável sujeito ao

imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, 95 % desses dividendos incluídos na base tributável, nos termos e condições estabelecidos na legislação portuguesa;

- 3.º Quando, de acordo com o disposto na Convenção, o rendimento obtido por um residente de Portugal for isento de imposto neste Estado, esse Estado poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento.»

Artigo XII

O artigo 24.º da Convenção passa a ser o artigo 23.º e os respectivos n.ºs 4, 5 e 6 são suprimidos e substituídos pelas disposições seguintes:

«4 — Nenhuma disposição desta Convenção poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função da situação ou dos encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

5 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades.

Nenhuma disposição deste artigo poderá ser interpretada no sentido de impedir:

- 1) Um Estado Contratante de tributar, de acordo com a respectiva legislação interna, os dividendos relativos a uma participação efectivamente conexas com um estabelecimento estável de que dispõe neste Estado uma sociedade residente no outro Estado Contratante;
- 2) A Bélgica de tributar à taxa prevista na sua legislação interna os lucros de um estabelecimento estável belga de uma sociedade residente de Portugal, desde que a referida taxa não exceda a taxa máxima aplicável aos lucros das sociedades residentes da Bélgica.

6 — Salvo no caso de aplicação do artigo 9.º, do n.º 6 do artigo 11.º ou do n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *redevances* e outros gastos pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis para a determinação do lucro tributável dessa empresa, nas condições em que o seriam se fossem pagos a um residente do primeiro Estado.»

Artigo XIII

O artigo 28.º da Convenção é suprimido.

Os artigos 25.º, 26.º, 27.º, 29.º e 30.º passam a ser, respectivamente, os artigos 24.º, 25.º, 26.º, 27.º e 28.º

Artigo XIV

Os n.ºs 1 e 2 do Protocolo Final são suprimidos e substituídos pelas disposições seguintes:

«1 — *Ad artigo 2.º, n.º 3, n.º 2.º*

O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

compreendem todas as retenções na fonte efectuadas a título dos referidos impostos.

2 — *Ad artigo 3.º, n.º 1, n.º 1.º*

Entende-se que, em caso de conflito entre a legislação interna de um Estado Contratante e o direito internacional, prevalecerá este último.

3 — *Ad artigo 12.º, n.º 3.º*

O termo '*redevances*' compreende também os pagamentos relativos à assistência técnica prestada em conexão com o uso ou a concessão do uso dos bens, direitos ou informações referidos no presente número, na medida em que tais prestações sejam efectuadas no Estado Contratante de que provêm as *redevances*.»

Artigo XV

1 — Esta Convenção Adicional será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em . . . o mais cedo possível.

2 — A Convenção Adicional entrará em vigor no 15.º dia seguinte ao da troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis:

a) Relativamente à Bélgica:

- 1.º Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao da sua entrada em vigor;
- 2.º Aos demais impostos lançados sobre rendimentos de períodos tributáveis com início a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao da sua entrada em vigor;

b) Relativamente a Portugal:

- 1.º Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao da sua entrada em vigor;
- 2.º Aos demais impostos lançados sobre rendimentos de anos civis ou de períodos tributáveis com início a partir de 1 de Janeiro do ano civil seguinte ao da sua entrada em vigor.

Feita em Bruxelas, em 6 de Março de 1995, em duplicado, nas línguas francesa, portuguesa e neerlandesa, sendo os três textos igualmente válidos.

Pela República Portuguesa:



Pelo Reino da Bélgica:



CONVENTION ADDITIONNELLE MODIFIANT LA CONVENTION ENTRE LE PORTUGAL ET LA BELGIQUE EN VUE D'ÉVITER LES DOUBLES IMPOSITIONS ET DE RÉGLER CERTAINES AUTRES QUESTIONS EN MATIÈRE D'IMPÔTS SUR LE REVENU ET LE PROTOCOLE FINAL SIGNÉS À BRUXELLES LE 16 JUILLET 1969.

Le Président de la République portugaise et sa Majesté le Roi des Belges, désireux de conclure une Convention additionnelle modifiant la Convention entre la Belgique et le Portugal en vue d'éviter les doubles impositions et de régler certaines autres questions en matière d'impôts sur le revenu et le Protocole final signés à Bruxelles le 16 juillet 1969 (ci-après dénommés respectivement «la Convention» et «le Protocole final»), on nommé à cet effet pour leurs plénipotentiaires, à savoir:

Le Président de la République portugaise, Dr. José Manuel Durão Barroso, Ministre des Affaires étrangères;
Sa Majesté le Roi des Belges, Frank Vandembroucke, Ministre des Affaires étrangères;

lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

Article I

L'article 2, paragraphe 3, de la Convention est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«§ 3 — Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont:

- 1º En ce qui concerne la Belgique:
- a) L'impôt des personnes physiques;
 - b) L'impôt des sociétés;
 - c) L'impôt des personnes morales;
 - d) L'impôt des non-résidents;
 - e) La cotisation spéciale assimilée à l'impôt des personnes physiques;
 - f) La contribution complémentaire de crise;

y compris les précomptes, les centimes additionnels auxdits impôts et précomptes ainsi que les taxes additionnelles à l'impôt des personnes physiques (ci-après dénommés 'l'impôt belge');

- 2º En ce qui concerne le Portugal:

- a) L'impôt sur le revenu des personnes physiques (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares);
- b) L'impôt sur le revenu des personnes juridiques (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas);
- c) L'impôt local sur l'impôt sur le revenu des personnes juridiques (derrama);

(ci-après dénommés 'l'impôt portugais').»

Article II

À l'article 3, paragraphe 1^{er}, de la Convention, le n^o 1.º est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«1º — a) Le terme 'Belgique' désigne le territoire du Royaume de Belgique, y compris la mer territoriale, ainsi que les autres zones sur lesquelles, en conformité avec le droit international, le Royaume de Belgique exerce des droits souverains ou sa juridiction.

b) Le terme 'Portugal' désigne le territoire de la République portugaise situé sur le continent européen et les archipels des Açores et de Madère, la mer territoriale, ainsi que les autres zones sur lesquelles, en conformité avec la législation portugaise et le droit international, la République portugaise a juridiction ou des droits souverains relatifs à l'exploration et l'exploitation des ressources naturelles du lit de la mer, du sous-sol marin et des eaux surjacentes.»

Article III

L'article 4, paragraphe 1^{er}, de la Convention est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«§ 1^{er} — Au sens de la présente Convention, l'expression 'résident d'un État contractant' désigne toute personne qui, en vertu de la législation de cet État, est assujettie à l'impôt dans cet État, en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue. Toutefois, cette expression ne comprend pas les personnes qui ne sont assujetties à l'impôt dans cet État que pour les revenus de sources situées dans cet État.»

Article IV

Les paragraphes 3 et 4 de l'article 10 de la Convention sont supprimés et remplacés par les dispositions suivantes:

«§ 3 — Le terme 'dividendes' employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateur ou autres parts bénéficiaires à l'exception des créances.

Ce terme désigne également:

- a) Les revenus — même payés sous la forme d'intérêts — qui, suivant la législation fiscale interne de l'État dont la société débitrice est résidente, sont traités comme les revenus d'actions;
- b) Les revenus attribués par un résident du Portugal qui exerce une activité économique à un associé, en vertu d'un contrat de participation aux bénéfices de ce résident (associação em participação).

§ 4 — Les dispositions des paragraphes 1^{er} et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des dividendes, résident d'un État contractant, a dans l'autre État contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident un établissement stable, auquel se rattache effectivement la participation génératrice des dividendes. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.»

Article V

Le paragraphe 4 de l'article 11 de la Convention est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«4 — Les dispositions des paragraphes 1^{er} et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des intérêts, résident d'un État contractant, a dans l'autre État contractant d'où proviennent les intérêts un établissement stable auquel se rattache effectivement la créance ou le dépôt générateur des intérêts. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.»

Article VI

Les paragraphes 2 et 4 de l'article 12 de la Convention sont supprimés et remplacés respectivement par les dispositions suivantes:

«§ 2 — Toutefois, ces redevances peuvent être imposées dans l'État contractant d'où elles proviennent et selon la législation de cet État, mais l'impôt ainsi établi ne peut excéder 10 p. c. de leur montant brut.

§ 4 — Les dispositions des paragraphes 1^{er} et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire des redevances, résident d'un État contractant, a dans l'autre État contractant d'où proviennent les redevances un établissement stable auquel se rattache effectivement le droit ou le bien générateur des redevances. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.»

Article VII

L'article 16 de la Convention est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«Article 16

Revenus des dirigeants de sociétés

§ 1^{er} — Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident d'un État contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de surveillance ou d'un organe analogue d'une société résidente de l'autre État contractant sont imposables dans cet autre État. Toutefois, ces revenus sont imposables conformément aux dispositions de l'article 15 lorsqu'ils rétribuent l'exercice d'une activité permanente en ladite qualité.

Ces dispositions s'appliquent aussi aux rétributions reçues en raison de l'exercice de fonctions qui, en vertu de la législation de l'État contractant dont la société est résidente, sont traitées comme des fonctions d'une nature similaires à celles exercées par une personne visée à ces dispositions.

§ 2 — Les rémunérations qu'une personne visée au paragraphe 1^{er} reçoit de la société en raison de l'exercice d'une activité journalière de direction ou de caractère technique ainsi que les rémunérations qu'un résident d'un État contractant tire de son activité personnelle en tant qu'associé dans une société, autre qu'une société par actions, résidente de l'autre État contractant, sont imposables conformément aux dispositions de l'article 15, comme s'il s'agissait de rémunérations qu'un employé tire d'un emploi salarié et comme si l'employeur était la société.»

Article VIII

L'article 17 de la Convention est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«Article 17

Artistes et sportifs

§ 1^{er} — Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus qu'un résident d'un État contractant tire de ses activités personnelles exercées dans l'autre État contractant en tant qu'artiste du spectacle, tel qu'un artiste de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision, ou qu'un musicien, ou en tant que sportif, sont imposables dans cet autre État.

§ 2 — Lorsque les revenus d'activités qu'un artiste du spectacle ou un sportif exerce personnellement et en cette qualité sont attribués non pas à l'artiste ou au sportif lui-même mais à une autre personne, ces revenus sont imposables, nonobstant les dispositions des articles 7, 14 et 15, dans l'État contractant où les activités de l'artiste ou du sportif sont exercées.»

Article IX

L'article 21 de la Convention est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

«Article 21

Autres revenus

§ 1^{er} — Les éléments du revenu d'un résident d'un État contractant, d'où qu'ils proviennent, que ne sont pas traités dans les articles précédents de la présente Convention ne sont imposables que dans cet État.

§ 2 — Les dispositions du paragraphe 1^{er} ne s'appliquent pas aux revenus autres que les revenus provenant de biens immobiliers, tels qu'ils sont définis à l'article 6, paragraphe 2, lorsque le bénéficiaire de tels revenus, résident d'un État contractant, a dans l'autre État contractant un établissement stable et que le droit ou le bien générateur des revenus s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 sont applicables.

§ 3 — Nonobstant les dispositions des paragraphes 1^{er} et 2, les éléments du revenu d'un résident d'un État contractant que ne sont pas traités dans les articles précédents de la Convention et qui proviennent de l'autre État contractant sont aussi imposables dans cet autre État.»

Article X

L'article 22 de la Convention est supprimé.

Article XI

L'article 23 de la Convention est supprimé et remplacé par un nouvel article 22 libellé comme suit:

«Article 22

§ 1^{er} — En ce qui concerne la Belgique, la double imposition est évitée de la manière suivante:

- 1^o Lorsqu'un résident de la Belgique reçoit des revenus qui sont imposables au Portugal conformément aux dispositions de la présente Convention, à l'exception de celles des articles 10, paragraphe 2, 11, paragraphes 2 et 6, et 12, paragraphes 2 et 6, la Belgique exempte de l'impôt ces revenus, mais elle peut, pour calculer le montant de ses impôts sur le reste du revenu de ce résident, appliquer le même taux que si les revenus en question n'avaient pas été exemptés;
- 2^o Sous réserve des dispositions de la législation belge relatives à l'imputations sur l'impôt belge des impôts payés à l'étranger, lorsqu'un résident de la Belgique reçoit des éléments de revenu qui sont compris dans son revenu global soumis à l'impôt belge et qui consistent en dividendes imposables conformément à l'article 10, paragraphe 2, et non exemptés d'impôt belge en vertu du 3^o ci-après, en intérêts imposables con-

formément à l'article 11, paragraphes 2 ou 6, ou en redevances imposables conformément à l'article 12, paragraphes 2 ou 6, l'impôt portugais perçu sur ces revenus est imputé sur l'impôt belge afférent auxdits revenus;

- 3º Les dividendes qu'une société qui est un résident de la Belgique reçoit d'une société qui est un résident du Portugal et qui sont imposables au Portugal conformément à l'article 10, paragraphe 2, sont exemptés de l'impôt des sociétés en Belgique, dans les conditions et limites prévues par la législation belge;
- 4º Lorsque, conformément à la législation belge, des pertes subies par une entreprise exploitée par un résident de la Belgique dans un établissement stable situé au Portugal ont été effectivement déduites des bénéfices de cette entreprise pour son imposition en Belgique, l'exemption prévue sub 1º ne s'applique pas aux bénéfices d'autres périodes imposables qui sont imputables à cet établissement, dans la mesure où ces bénéfices n'ont pas non plus été imposés au Portugal en raison de leur compensation avec lesdites pertes.

§ 2 — En ce qui concerne le Portugal, la double imposition est évitée, conformément aux dispositions de la législation portugaise (dans la mesure où celles-ci ne dérogent pas aux principes généraux contenus dans le présent paragraphe), de la manière suivante:

- 1º Lorsqu'un résident du Portugal reçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la Convention, sont imposables en Belgique, le Portugal déduit de l'impôt sur le revenu de ce résident un montant égal à l'impôt payé en Belgique.

Le montant déduit ne peut toutefois excéder la fraction de l'impôt sur le revenu, calculé avant déduction, qui correspond aux revenus imposables en Belgique;

- 2º Lorsqu'une société résidente du Portugal reçoit des dividendes d'une société résidente de la Belgique dans le capital de laquelle la première société détient directement une participation d'au moins 25 p. c., le Portugal déduit, lors de la détermination du bénéfice imposable soumis à l'impôt sur le revenu des personnes juridiques, 95 p. c. de ces dividendes compris dans la base imposable, dans les termes et conditions prévus dans la législation portugaise;
- 3º Lorsque, conformément à une disposition quelconque de la Convention, les revenus qu'un résident du Portugal reçoit sont exemptés d'impôt dans cet État, celui-ci peut néanmoins, pour calculer le montant de l'impôt sur le reste des revenus de ce résident, tenir compte des revenus exemptés.»

Article XII

L'article 24 de la Convention devient l'article 23 et ses paragraphes 4, 5 et 6 sont supprimés et remplacés par les dispositions suivantes:

«§ 4 — Aucune disposition de la présente Convention ne peut être interprétée comme obligeant un État contractant à accorder aux résidents de l'autre État contractant les déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de famille qu'il accorde à ses propres résidents.

§ 5 — L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un État contractant a dans l'autre État contractant n'est pas établie dans cet autre État d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre État que exercent la même activité.

Aucune disposition du présent article ne peut être interprétée comme empêchant:

- 1º Un État contractant d'imposer, conformément à sa législation interne, les dividendes afférents à une participation se rattachant effectivement à un établissement stable dont dispose dans cet État une société résidente de l'autre État contractant;
- 2º La Belgique d'imposer au taux prévu par sa législation interne les bénéfices d'un établissement stable belge d'une société résidente du Portugal, pourvu que le taux précité n'excède pas le taux maximal applicable aux bénéfices des sociétés résidentes de la Belgique.

§ 6 — Sauf en cas d'application de l'article 9, de l'article 11, paragraphe 6, ou de l'article 12, paragraphe 6, les intérêts, redevances et autres frais payés par une entreprise d'un État contractant à un résident de l'autre État contractant sont déductibles pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, dans les mêmes conditions que s'ils avaient été payés à un résident du premier État.»

Article XIII

L'article 28 de la Convention est supprimé.

Les articles 25, 26, 27, 29 et 30 deviennent respectivement les articles 24, 25, 26, 27 et 28.

Article XIV

Les points 1 et 2 du Protocole final sont supprimés et remplacés par les dispositions suivantes:

«1 — Ad article 2, paragraphe 3, 2º

L'impôt sur le revenu des personnes physiques et l'impôt sur le revenu des personnes juridiques comprennent toutes les retenues à la source opérées au titre de ces impôts.

2 — Ad article 3, paragraphe 1º, 1º

Il est entendu que, en cas de conflit entre la législation interne d'un État contractant et le droit international, ce dernier aura la primauté.

3 — Ad article 12, paragraphe 3

Le terme 'redevances' comprend aussi les paiements relatifs à des prestations d'assistance technique accessibles à l'usage ou à la concession de l'usage de biens, droits ou informations visés à cette disposition, dans la mesure où ces prestations sont effectuées dans l'État contractant d'où proviennent les redevances.»

Article XV

§ 1º — La présente Convention additionnelle sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés à . . . aussitôt que possible.

§ 2 — La Convention additionnelle entrera en vigueur le quinzième jour suivant celui de l'échange des ins-

truments de ratification et ses dispositions seront applicables:

a) En ce qui concerne la Belgique:

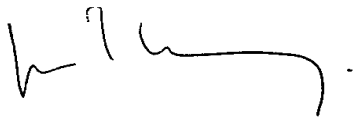
- 1^o Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira à partir du 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de son entrée en vigueur;
- 2^o Aux autres impôts établis sur des revenus de périodes imposables commençant à partir du 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de son entrée en vigueur;

b) En ce qui concerne le Portugal:

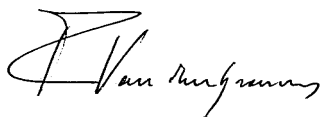
- 1^o Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira à partir du 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de son entrée en vigueur;
- 2^o Aux autres impôts établis sur des revenus d'années civiles ou de périodes imposables commençant à partir du 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de son entrée en vigueur.

Fait à Bruxelles, le 6 mars 1995, en double exemplaire, en langues française, néerlandaise et portugaise, les trois textes faisant également foi.

Pour la République portugaise:



Pour le Royaume de Belgique:



AANVULLENDE OVEREENKOMST TOT WIJZIGING VAN DE OVEREENKOMST TUSSEN PORTUGAL EN BELGIE TOT HET VERMIJDEN VAN DUBBELE BELASTING EN TOT REGELING VAN SOMMIGE ANDERE AANGELEGENHEDEN INZAKE BELASTINGEN NAAR HET INKOMEN, EN VAN HET SLOTPROTOCOL, ONDERTEKEND TE BRUSSEL OP 16 JULI 1969.

De President van de Portugese Republiek en Zijne Majesteit de Koning der Belgen, wensende en aanvullende Overeenkomst te sluiten tot wijziging van de Overeenkomst tussen België en Portugal tot het vermijden van dubbele belasting en tot regeling van sommige andere aangelegenheden inzake belastingen naar het inkomen, en van het Slotprotocol, ondertekend te Brussel op 16 juli 1969 (hierna genoemd respectievelijk «de Overeenkomst» en «het Slotprotocol»), hebben te dien tot hun Gevolmachtigden benoemd, te weten:

De President van de Portugese Republiek, Dr. José Manuel Durão Barroso, Minister van Buitenlandse Zaken;

Zijn Majesteit de Koning der Belgen, Frank Vandebroucke, Minister van Buitenlandse Zaken;

die, na hun in gode en behoorlijke vorm bevonden volmachten te hebben uitgewisseld, als volgt zijn overeengekomen:

Artikel I

Artikel 2, paragraaf 3, van de Overeenkomst wordt opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«§ 3 — De bestaande belastingen waarop de Overeenkomst van toepassing is, zijn met name:

1.º In België:

- a) De personenbelasting;
- b) De vennootschapsbelasting;
- c) De rechtspersonenbelasting;
- d) De belasting van niet-inwoners;
- e) De met de personenbelasting gelijkgestelde bijzondere heffing;
- f) De aanvullende crisisbelasting,

met inbegrip van de voorheffingen, de opcentiemen op die belastingen en voorheffingen, alsmede de aanvullende belastingen op de personenbelasting (hierna te noemen 'Belgische belasting');

2.º In Portugal:

- a) De belasting naar het inkomen van natuurlijke personen (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares);
- b) De belasting naar het inkomen van rechtspersonen (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas);
- c) De plaatselijke belasting op de belasting naar het inkomen van rechtspersonen (derrama);

(hierna te noemen 'Portugese belasting').»

Artikel II

In artikel 3, paragraaf 1, van de Overeenkomst, wordt 1.º opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«1.º — a) Betekent de uitdrukking 'België', het grondgebied van het Koninkrijk België, daaronder begrepen de territoriale zee en elk ander gebied waar het Koninkrijk België, in overeenstemming met het internationale recht, soevereine rechten of zijn rechtsmacht uitoefent;

2.º Betekent de uitdrukking 'Portugal' het grondgebied van de Portugese Republiek gelegen op het Europese continent en de eilandengroepen van de Azoren en Madeira, de territoriale zee en elk ander gebied waar de Portugese Republiek, in overeenstemming met de Portugese wetgeving en het internationale recht, rechtsmacht of soevereine rechten heeft met betrekking tot het onderzoek en de ontginning van de natuurlijke rijkdommen van de zeebodem, van de ondergrond van de zee en van de daarboven liggende wateren.»

Artikel III

Artikel 4, paragraaf 1, van de Overeenkomst wordt opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«§ 1 — Voor de toepassing van deze Overeenkomst betekent de uitdrukking 'verblijfhouder van een over-

eenkomstsluitende Staat' iedere persoon die, ingevolge de wetgeving van die Staat, aldaar aan belasting is onderworpen opo grond van zijn woonplaats, verblijf, plaats van leiding of enige andere soortgelijke omstandigheid. Die uitdrukking omvat echter niet personen die in die Staat alleen ter zake van inkomsten uit in die Staat gelegen bronnen aan belasting zijn onderworpen.»

Artikel IV

Paragrafen 3 en 4 van artikel 10 van de Overeenkomst worden opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«§ 3 — Het woord 'dividenden', zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit aandelen, winstaandelen of winstbewijzen, mijnaandelen, oprichtersaandelen of andere rechten op een aandeel in de winst, met uitzondering van schuldvorderingen.

Dit woord betekent eveneens:

- a) Inkomsten — zelfs indien zij worden betaald in de vorm van interest — die overeenkomstig de interne belastingwetgeving van de Staat waarvan de vennootschap die de inkomsten betaalt verblijfhouder is, worden behandeld als inkomsten van aandelen;
- b) Inkomsten toegekend door een verblijfhouder van Portugal die een economische werkzaamheid uitoefent, aan een vennoot uit hoofde van contracten van deelneming in de winst van die verblijfhouder (associação em participação).

§ 4 — De bepalingen van paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genierter van de dividenden, verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap die de dividenden betaalt verblijfhouder is, een vaste inrichting heeft waarmee de participatie die de dividenden oplevert wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.»

Artikel V

Paragraaf 4 van artikel 11 van de Overeenkomst wordt opgeheven vervangen door de volgende bepalingen.

«§ 4 — De bepalingen van paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genierter van de interest, verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de interest afkomstig is, een vaste inrichting heeft waarmee de schuldvordering of het deposito die de interest opleveren, wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.»

Artikel VI

Paragrafen 2 en 4 van artikel 12 van de Overeenkomst worden opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«§ 2 — Die royalty's mogen echter in de overeenkomstsluitende Staat waaruit zij afkomstig zijn overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar de aldus geheven beasting mag niet hoger zijn dan 10 pct. van het brutobedrag van de royalty's.

§ 4 — De bepalingen van paragrafen 1 en 2 zijn niet van toepassing indien de genierter van de royalty's, ver-

blijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's afkomstig zijn, een vaste inrichting heeft waarmee het recht of het goed die de royalty's opleveren, wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.»

Artikel VII

Artikel 16 van de Overeenkomst wordt opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«Artikel 16

Inkomsten van leidinggevende personen van vennootschappen

§ 1 — Tantièmes, presentiegelden en andere soortgelijke beloningen verkregen door een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat in zijn hoedanigheid van lid van de raad van bestuur of van toezicht of van een gelijkaardig orgaan van een vennootschap die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast. Deze inkomsten mogen evenwel overeenkomstig de bepalingen van artikel 15 worden belast wanneer ze de uitoefening vergoeden van een vaste werkzaamheid in die hoedanigheid.

Deze bepalingen zijn ook toepassing op beloningen verkregen ter zake van de uitoefening van werkzaamheden die, volgens de wetgeving van de overeenkomstsluitende Staat waarvan de vennootschap verblijfhouder is, worden behandeld als werkzaamheden van soortgelijke aard als die welke worden verricht door een persoon als bedoeld in de genoemde bepalingen.

§ 2 — Beloningen die een persoon, op wie paragraaf 1 van toepassing is, van de vennootschap verkrijgt ter zake van de uitoefening van dagelijkse werkzaamheden van leidinggevende of van technische aard, en beloningen die een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat verkrijgt ter zake van zijn persoonlijke werkzaamheid als vennoot in een vennootschap, niet zijnde een vennootschap op aandelen, die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat, mogen overeenkomstig de bepalingen van artikel 15 worden belast, alsof het ging om beloningen die een werknemer ter zake van een dienstbetrekking verkrijgt en alsof de werkgever de vennootschap was.»

Artikel VIII

Artikel 17 van de Overeenkomst wordt opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«Artikel 17

Artiesten en sportbeoefenaars

§ 1 — Niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 14 en 15 mogen inkomsten die een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat verkrijgt uit zijn persoonlijke werkzaamheden die hij in de andere overeenkomstsluitende Staat verricht in de hoedanigheid van artiest, zoals toneelspeler, film-, radio- of televisieartiest, of musicus, of in de hoedanigheid van sportbeoefenaar, in die andere Staat worden belast.

§ 2 — Indien inkomsten uit werkzaamheden die een artiest of een sportbeoefenaar persoonlijk en als zodanig verricht niet worden toegekend aan de artiest of aan

de sportbeoefenaar zelf maar een andere persoon, mogen die inkomsten, niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 7, 14 en 15, worden belast in de overeenkomstsluitende Staat waar de werkzaamheden van de artiest of de sportbeoefenaar worden verricht.»

Artikel IX

Artikel 21 van de Overeenkomst wordt opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«Artikel 21

Andere inkomsten

§ 1 — Ongeacht de afkomst ervan zijn bestanddelen van het inkomen van een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat die niet in de voorgaande artikelen van deze Overeenkomst worden behandeld, slechts in die Staat belastbaar.

§ 2 — De bepalingen van paragraaf 1 zijn niet van toepassing op inkomsten, niet zijnde inkomsten uit onroerende goederen als omschreven in artikel 6, paragraaf 2, indien de verkrijger van die inkomsten, die verblijfhouder is van een overeenkomstsluitende Staat, in de andere overeenkomstsluitende Staat een vaste inrichting heeft waarmee het recht of het goed dat de inkomsten oplevert wezenlijk is verbonden. In dat geval zijn de bepalingen van artikel 7 van toepassing.

§ 3 — Niettegenstaande de bepalingen van de paragrafen 1 en 2, mogen bestanddelen van het inkomen van een verblijfhouder van een overeenkomstsluitende Staat die niet in de voorgaande artikelen van de Overeenkomst worden behandeld en die uit de andere overeenkomstsluitende Staat afkomstig zijn, eveneens in die andere Staat worden belast.»

Artikel X

Artikel 22 van de Overeenkomst wordt opgeheven.

Artikel XI

Artikel 23 van de Overeenkomst wordt opgeheven en vervangen door een nieuw artikel 22 dat luidat als volgt:

«Artikel 22

§ 1 — In België wordt dubbele belasting op de volgende wijze vermeden:

- 1.º Indien een verblijfhouder van België inkomsten verkrijgt die ingevolge de bepalingen van deze Overeenkomst, niet zijnde de bepalingen van artikel 10, paragraaf 2, van artikel 11, paragrafen 2 en 6, en van artikel 12, paragrafen 2 en 6, in Portugal mogen worden belast, stelt België deze inkomsten vrij van belasting, maar om het bedrag van de belasting op het overige inkomen van die inkomsten niet waren vrijgesteld;
- 2.º Onder voorbehoud van de bepalingen van Belgische wetgeving betreffende de verrekening van in het buitenland betaalde belastingen met de Belgische belasting wordt, indien een verblijfhouder van België inkomstenbestanddelen verkrijgt die deel uitmaken van zijn samengetelde inkomen dat aan de Belgische belasting is onderworpen en bestaan uit dividenden die belastbaar

zijn ingevolge artikel 10, paragraaf 2, en niet van Belgische belasting zijn vrijgesteld ingevolge subparagraaf 3.º hierna, uit interest die belastbaar is ingevolge artikel 11, paragrafen 2 of 6, of uit royalty's die belastbaar zijn ingevolge artikel 12, paragraaf 2 of 6, de ope die inkomsten geheven Portugese belasting in mindering gebracht van de Belgische belasting op die inkomsten;

- 3.º Dividenden die door een vennootschap die verblijfhouder is van België worden verkregen van een vennootschap die verblijfhouder is van Portugal, endie in Portugal ingevolge artikel 10, paragraaf 2, mogen worden belast, worden in België vrijgesteld van de vennootschapsbelasting op de voorwaarden en binnen grenzen die in de Belgische wetgeving zijn bepaald;
- 4.º Indien verliezen die een onderneming gedreven door een verblijfhouder van België in een in Portugal gelegen vaste inrichting heeft geleden, voor de belastingheffing van die onderneming in België volgens de Belgische wetgeving werkelijk in mindering van de winsten van die onderneming zijn gebracht, is de vrijstelling in 1.º niet van toepassing op de winst van andere belastbare tijdperken die aan die inrichting kan worden toegerekend, in zoverre als deze winst ook niet in Portugal door de verrekening van die verliezen is belast.

§ 2 — In Portugal wordt dubbele belasting overeenkomstig de bepalingen van de Portugese wetgeving (in zoverre deze bepalingen niet afwijken van de algemene beginselen waarin deze paragraaf voorziet) op de volgende wijze vermeden:

- 1.º Indien een verblijfhouder van Portugal inkomsten verkrijgt die overeenkomstig de bepalingen van de Overeenkomst, in België mogen worden belast, vermindert Portugal de belasting naar het inkomen van deze verblijfhouder met een bedrag dat gelijk is aan de in België betaalde belasting.

Het bedrag van de vermindering mag echter niet hoger zijn dan het deel van de belasting naar het inkomen, berekend voor de vermindering, dat verband houdt met de inkomsten die in België mogen worden belast;

- 2.º Indien een vennootschap die verblijfhouder is van Portugal dividenden verkrijgt van een vennootschap die verblijfhouder is van België waarvan de eerste vennootschap onmiddellijk 25 pct. van het kapitaal bezit, verleent Portugal bij het bepalen van de belastbare winst die aan de belasting naar het inkomen van rechtspersonen onderworpen is, binnen de termijnen en op de voorwaarden die in de Portugese wetgeving zijn bepaald, een vermindering ten belope van 95 pct. van deze dividenden die in de belastbare grondslag zijn opgenomen;
- 3.º Indien ingevolge enige bepaling van de Overeenkomst inkomsten die een verblijfhouder van Portugal verkrijgt, in deze Staat van belasting zijn vrijgesteld, mag Portugal echter om het bedrag van de belasting op het overige inkomen aan deze verblijfhouder te bepalen, rekening houden met de vrijgestelde inkomsten.»

Artikel XII

Artikel 24 van de Overeenkomst wordt artikel 23 en de paragrafen 4, 5 en 6 van dat artikel worden opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«§ 4 — Geen enkele bepaling van deze Overeenkomst mag aldus worden uitgelegd dat zij een overeenkomstsluitende Staat verplicht aan verblijfhouders van de andere overeenkomstsluitende Staat de persoonlijke aftrekken, tegemoetkomingen en belastingverminderingen uit hoofde van de gezinstoestand of de gezinlasten te verlenen die hij aan zijn eigen verblijfhouders verleent.

§ 5 — De belastingheffing van een vast inrichting die een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat in de andere overeenkomstsluitende Staat heeft, is in die andere Staat niet ongunstiger dan de belastingheffing van ondernemingen van die andere Staat die dezelfde werkzaamheden uitoefenen.

Geen enkele bepaling van dit artikel mag aldus uitgelegd dat zijn:

- 1.º Een overeenkomstsluitende Staat belet de dividendden uit een deelneming die wezenlijke is verbonden met een in die Staat gelegen vaste inrichting waarover een vennootschap die verblijfhouder is van de andere overeenkomstsluitende Staat beschikt, overeenkomstig zijn interne wetgeving te belasten;
- 2.º België belet de winst een Belgische vaste inrichting van een vennootschap die verblijfhouder is van Portugal aan de belasting te onderwerpen tegen het tarief dat door de Belgische interne wetgeving is bepaald, op voorwaarde dat het genoemde tarief niet hoger is dan het maximumtarief dat van toepassing is op de winsten van vennootschappen die verblijfhouder zijn van België.

§ 6 — Behoudens in geval van toepassing van artikel 9, van artikel 11, paragraaf 6, of van artikel 12, paragraaf 6, kunnen interest, royalty's en andere kosten, die door een onderneming van een overeenkomstsluitende Staat aan een verblijfhouder van de andere overeenkomstsluitende Staat worden betaald, voor de vaststelling van de belastbare winst van die onderneming in mindering worden gebracht op dezelfde voorwaarden, alsof zij aan een verblijfhouder van de eerstbedoelde Staat zouden zijn betaald.»

Artikel XIII

Artikel 28 van de Overeenkomst wordt opgeheven. De artikelen 25, 26, 27, 29 en 30 worden respectievelijk de artikelen 24, 25, 26, 27 en 28.

Artikel XIV

De punten 1 en 2 het Slotprotocol worden opgeheven en vervangen door de volgende bepalingen:

«1 — Met betrekking tot artikel 2, paragraaf 3, 2.º

De belasting naar het inkomen van natuurlijke personen en de belasting naar het inkomen van rechtspersonen omvatten alle inhoudingen bij de bron die ter zake van deze belastingen worden verricht.

2 — Met betrekking tot artikel 3, paragraaf 1, 1.º

Er is overeengekomen dat in geval van geschil tussen de interne wetgeving van een overeenkomstsluitende Staat en het internationaal recht, dit laatste voorrang zal hebben.

3 — Met betrekking tot artikel 12, paragraaf 3

Het woord 'royalty's' omvat eveneens betalingen voor het verlenen van diensten van technische bijstand die bijkomstig zijn bij het gebruik van, of aan het recht van gebruik van, goederen, rechten of inlichtingen bedoeld in deze bepaling, in zoverre deze diensten worden uitgevoerd in de overeenkomstsluitende Staat waaruit de royalty's afkomstig zijn.»

Artikel XV

§ 1 — Deze aanvullende Overeenkomst zal worden bekrachtigd en de akten van bekrachtiging zullen zo spoedig mogelijke te . . . worden uitgewisseld.

§ 2 — De aanvullende Overeenkomst zal in werking treden de vijftiende dag na die waarop de akten van bekrachtiging worden uitgewisseld en de bepalingen ervan zullen toepassing vinden:

a) In België:

- 1.º Op de bij de bron verschuldigde belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet op of na 1 januari van het kalenderjaar dat volgt op dat waarin de aanvullende Overeenkomst in werking treedt;
- 2.º Op de andere belastingen geheven naar inkomsten van belastbare tijdperken die een aanvang nemen op of na 1 januari van het kalenderjaar dat volgt op dat waarin de aanvullende Overeenkomst in werking treedt.

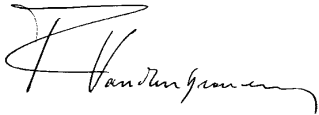
b) In Portugal:

- 1.º Opt de bij de bron verschuldigde belastingen ten aanzien waarvan het tot belasting aanleiding gevende feit zich voordoet op of na 1 januari van het kalenderjaar dat volgt op dat waarin de aanvullende Overeenkomst in werking treedt;
- 2.º Op de andere belastingen geheven nafar inkomsten van kalenderjaren of van belastbare tijdperken die een aanvang nemen op of na 1 januari van het kalenderjaar dat volgt op dat waarin de aanvullende Overeenkomst in werking treedt.

Gedaan in tweevoude te Brussel, op 6 maart 1995, in de Nederlandse, de Franse en de Portugese taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek.

Voor de Portugese Republiek:

Voor her Koninkrijk België:



Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000

Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000, cujas duas versões em língua portuguesa seguem em anexo.

Aprovada em 28 de Setembro de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E CONSULTA ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, adiante denominadas «Partes Contratantes»:

Representados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, reunidos em Porto Seguro, aos 22 de Abril de 2000;

Considerando que nesse dia se comemora o 5.º centenário do facto histórico do descobrimento do Brasil;

Conscientes do amplo campo de convergência de objectivos e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e económicos;

Reconhecendo a importância de instrumentos similares que precederam o presente Tratado;

acordam no seguinte:

TÍTULO I

Princípios fundamentais

1

Fundamentos e objectivos do Tratado

Artigo 1.º

As Partes Contratantes, tendo em mente a secular amizade que existe entre os dois países, concordam em

que suas relações terão por base os seguintes princípios e objectivos:

- 1) O desenvolvimento económico, social e cultural alicerçado no respeito dos direitos e liberdades fundamentais, enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no princípio da organização democrática da sociedade e do Estado, e na busca de uma maior e mais ampla justiça social;
- 2) O estreitamento dos vínculos entre os dois povos com vista à garantia da paz e do progresso nas relações internacionais, à luz dos objectivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- 3) A consolidação da comunidade dos países de língua portuguesa, em que Portugal e Brasil se integram, instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns;
- 4) A participação de Portugal e do Brasil em processos de integração regional, como a União Europeia e o Mercosul, almejando permitir a aproximação entre a Europa e a América Latina para a intensificação das suas relações.

Artigo 2.º

1 — O presente Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta define os princípios gerais que hão-de reger as relações entre os dois países, à luz dos princípios e objectivos atrás enunciados.

2 — No quadro por ele traçado, outros instrumentos jurídicos bilaterais, já concluídos ou a concluir, são ou poderão ser chamados a desenvolver ou regulamentar áreas sectoriais determinadas.

2

Cooperação política e estruturas básicas de consulta e cooperação

Artigo 3.º

Em ordem a consolidar os laços de amizade e de cooperação entre as Partes Contratantes, serão intensificadas a consulta e a cooperação política sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse comum.

Artigo 4.º

A consulta e a cooperação política entre as Partes Contratantes terão como instrumento:

- a) Visitas regulares dos Presidentes dos dois países;
- b) Cimeiras anuais dos dois Governos, presididas pelos chefes dos respectivos Executivos;
- c) Reuniões dos responsáveis pela política externa de ambos os países, a realizar, em cada ano, alternadamente, em Portugal e no Brasil, bem como, sempre que recomendável, no quadro de organizações internacionais, de carácter universal ou regional, em que os dois Estados participem;
- d) Visitas recíprocas dos membros dos poderes constituídos de ambos os países, para além das referidas nas alíneas anteriores, com especial incidência naquelas que contribuam para o reforço da cooperação interparlamentar;